

A INSERÇÃO DOS INDÍGENAS DA ETNIA GUAJAJARA NA UFMA – GRAJAÚ – MA ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2019

THE INSERTION OF THE INDIGENOUS OF THE GUAJAJARA ETHNICITY IN UFMA – GRAJAÚ – MA BETWEEN 2010 AND 2019.

Geiza Taina de Sousa Silva¹

Marize Helena de Campos²

Resumo: O capítulo que ora se inicia tem como proposta apresentar o resultado do estudo sobre a inserção dos indígenas da etnia Guajajara na Universidade Federal do Maranhão, campus Grajaú – MA entre os anos de 2010 e 2019. Sua narrativa está estruturada em três tópicos, sendo o primeiro voltado a uma breve abordagem da história da educação indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa para educação indígena no Brasil. O segundo tópico traz, pontuada a política de cotas para alunos indígenas nas universidades brasileiras. Já no terceiro e último tópico são apresentadas entrevistas com duas professoras e três alunos indígenas, todos pertencentes a UFMA – Grajaú – MA. Como resultado deste estudo científico consideramos que, o sistema de cotas para ingresso de alunos indígenas nas universidades é uma questão de justiça social, pois, educação superior significa mais oportunidades de formação social, política e cultural aos acadêmicos indígenas, e, em especial existe a questão de proposta de melhorias da qualidade do ensino escolar dentro das escolas indígenas localizadas dentro das aldeias brasileiras, como é o caso das aldeias localizadas na Terra indígena Bacurizinho, dentro do município de Grajaú do Maranhão.

Palavras-chave: Universidade. Cotas. Acadêmicos Indígenas. Cidade de Grajaú.

Abstract: The chapter that begins now aims to present the result of the study on the insertion of indigenous Guajajara ethnicities at the Federal University of Maranhão, campus Grajaú - MA between the years 2010 and 2019. Its narrative is structured in three topics, the first, a brief approach to the history of indigenous education in Brazil and affirmative action policies for indigenous education in Brazil. The second topic brings, quoted the policy of quotas for indigenous students in Brazilian universities. In the third and last topic, interviews are presented with two teachers and three indigenous students, all belonging to UFMA - Grajaú - MA. As a result of this scientific study, we consider that the quota system for the admission of indigenous students to universities is a matter of social justice, since higher education means more opportunities for social, political and cultural training for indigenous scholars, and in particular there is question of proposal to improve the quality of school education within indigenous schools located within Brazilian villages, as is the case of villages located in the Bacurizinho indigenous land, within the municipality of Grajaú do Maranhão.

Keywords: University. Quotas. Indigenous Academics. Grajaú City.

1 - Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA – PARFOR – Grajaú, 2020. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6366551616728871>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7503-3267>. E-mail: geizataina07@gmail.com

2 - Doutora em História Econômica FFLCH – USP. Docente do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) – UFMA. Colaboradora Doutorada do Centro de Humanidades CHAM/ Universidade Nova de Lisboa – UNL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1121119695020091>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9501-6237>. E-mail: marize.campos@ufma.br

Introdução

Foi pensando na importância da educação de nível superior para os indígenas que tive a ideia de escolher este tema de trabalho e com ele aprender um pouco mais sobre as realidades que estes alunos vivem em na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, campus da cidade de Grajaú e sobre a importância da educação superior para os indígenas da etnia Guajajara como forma de promover justiça social e esse povo, uma vez que o ensino de qualidade é um direito que todo ser humano tem, porém esse ensino exclui os “pobres” os marginalizados como aqueles que um dia tiveram tudo a seu alcance, a natureza para lhe ensinar e que lhe dava o que precisavam para sobreviver.

A intenção é abordar o processo de democratização do ensino superior na cidade de Grajaú e a abrangência em seu quadro de alunos indígenas que buscam se promover como cidadãos e como profissionais em diferentes áreas da economia local e regional. A título de exemplo, nas aldeias deste município existe a necessidade de promover inserção de professores indígenas que falam a língua tupi para preservação dos costumes e tradições dos indígenas. Daí, o curso acadêmico de licenciatura em Pedagogia, por exemplo, busca cumprir com sua função sócio cultural preparando professores indígenas para a educação indígena em suas aldeias.

Tudo isso parte do princípio de que no Brasil a cidadania e educação é direito de todos e dever da sociedade, do Estado e a educação pública busca promover o cumprimento das leis do sistema de ensino brasileiro para todos.

Então, promover educação de nível superior para o indígena é, ainda, questão de justiça social a favor da cultura indígena, pois, o indígena é cidadão brasileiro como qualquer outro e, precisa estudar e se formar para viver com mais cidadania e consciência da importância de sua cultura como parte da identidade cultural de todo o povo brasileiro.

Assim, estudar sobre a inserção de alunos indígenas nas universidades é estudar sobre a necessidade de promover inclusão cultural aos povos indígenas ensinando e preparando estes para valorização de sua própria cultura dentro e fora de suas terras indígenas. Ou seja, o papel de educação e formação acadêmica a favor da preservação da cultura indígena e respeito aos direitos cívicos desses povos.

No Brasil as etnias indígenas sempre foram postas às margens da sociedade, todavia os primeiros habitantes nas terras brasileiras são indígenas e o respeito às suas realidades de injustiças sofridas no processo colonizatório e nas muitas disputas por terra quando etnias inteiras eram massacradas pelos conquistadores.

A responsabilidade em poder ofertar vagas por cotas para alunos indígenas nas universidades brasileiras como na cidade de Grajaú – MA é questão de justiça, de tentativa de reparar as muitas e variadas formas de prejuízos que os indígenas já enfrentaram e, ainda enfrentam vivendo às margens da sociedade grajauense.

Educação indígena no Brasil, da escola à faculdade

Existe para os indígenas, em especial, a educação empírica que acontece com o aprendizado através das experiências de vida no meio ambiente e o acúmulo de informações alcançadas de forma assistemática. Tais saberes foram (e são) partilhados entre os pares e passados de pai para filho através do tempo, favorecendo a melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, quando os indígenas foram dominados por colonizadores aqueles passaram a precisar de novos conhecimentos para se adaptar às novas realidades e aprenderem a se proteger, a garantir, à medida do possível, sua existência e seus direitos, como o controle da terra em que sempre viveram. Ainda assim, muitos indígenas concebem a educação do homem branco como algo bom por “facilitar” a vida deles, como por exemplo, o interesse pela educação formal por parte de indígenas.

Observando como o homem branco vive e desenvolve suas potencialidades os indígenas,

ou parte deles, passa a considerar adquirir outras informações e conhecimentos para além daqueles que compõe o seu universo cultural e de saberes. Para tanto, é preciso ter uma representatividade, um ponto de referência para defesa dos próprios interesses, como defende Ferreira (2007, p. 64):

Usurpados de seus territórios, muitos povos foram massacrados com intensificação do processo colonial. Em 1908, na Convenção de Viena, o governo brasileiro foi duramente criticado pelo seu tratamento dispensado aos povos indígenas. Para responder a essas críticas e encontrar uma solução para a questão indígena, em junho de 1910, o Estado Brasileiro procurou formular, pela primeira vez, “uma política indigenista menos desumana, baseada nos ideais positivistas do começo do século”.

Ferreira fala da importância da Convenção de Viena para a defesa dos direitos dos povos indígenas no Brasil já no início do Período Republicano. E, foi dessa forma que muitas leis de proteção aos indígenas passaram a vigorar para todas as etnias brasileiras.

Com o passar do tempo, já em meados do século XX, muitos indígenas que já se encontravam morando nas cidades, dividindo oportunidades de estudo em escolas regulares e partilhando de trabalhos com o homem branco, passaram a se dedicar ao estudo mais do que para simplesmente serem alfabetizados, eles acreditaram que poderiam chegar à universidade para se posicionar melhor profissionalmente. Envoltos em suas singularidades étnicas, estes alunos indígenas passaram a adentrar e ocupar um espaço até então não comum às suas realidades e cotidianos. Como ressalta Novak, “Os indígenas têm um perfil muito próprio, diferente dos acadêmicos que as universidades públicas estão acostumadas a receber” (NOVAK, 2007, p. 132).

Os indígenas nas escolas formais sempre foram um “caso à parte”, pois muitas vezes os professores precisavam assumir o papel de valorizador de sua cultura, lhes conferir mais atenção, dadas as distâncias e barreiras seculares que lhes impuseram entre suas culturas e aquelas apresentadas nas Escolas, assegurando-lhes satisfação em estudar, bem como os orientar para ir “até o fim”, ou seja, chegar à universidade. Como de fato vem acontecendo bastante ao longo de todo o século XXI.

Para falar do início da educação indígena nos Estados brasileiros, é preciso lembrar, inicialmente que, os indígenas passam por um longo período de injustiças sofrendo com a perda de suas terras, com a cabanagem com invasores e com enfermidades trazidas pelo homem branco, que reduziu significativamente o número de indígenas em todo o território brasileiro.

Mas, algumas organizações filantrópicas internacionais se sensibilizaram com as atrocidades e se organizaram na forma de conferências para promover debates, denúncias e criação de leis de proteção aos povos indígenas e negros nos países colonizados. Exemplo disso, o Serviço de Proteção aos Indígenas (SPI) foi criado em 1910 pelo Marechal Cândido Rondon. Esse foi um ponto de partida para o Estado Brasileiro passar a enxergar a importância de ofertar educação escolar para os indígenas, além da já tradicional educação religiosa que os padres da Ordem dos Jesuítas já conferiam aos indígenas para os catequisar, alfabetizar, ensinar cantos e orações. Logo, a própria promulgação da constituição do ano de 1934 passou a conferir à União a competência e o poder para regulamentar sobre as questões indígenas, demarcações de terras e outros direitos para tentar reparar as injustiças do passado. Nesse sentido, a promulgação da Constituição do ano de 1934 é vista como ponto de partida para as mudanças em favor dos indígenas brasileiros.

Assim, a educação escolar passou a ser vista como parte da responsabilidade tutelar do Serviço de Proteção ao Índio SPI para favorecer os indígenas que não conseguiam gerenciar a própria vida vivendo em meio aos homens brancos “civilizados”.

O processo de investimentos na educação dos indígenas em todo o território brasileiro passou por fases históricas e legais, mas foi na década de 1960, mais precisamente em 5 de dezembro de 1967 que foi criada uma das principais organizações de defesa dos direitos indígenas, nomeadamente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Duas décadas depois, já em meados do ano de 1990 a responsabilidade em gerir educação indígena nas aldeias se fez a cargo do Ministério da Educação (MEC) e a FUNAI passou ter suas ações direcionadas às indicações profissionais da educação nas aldeias e fiscalização do andamento dos trabalhos pedagógicos da parte de professores indígenas bilíngues.

O MEC passava assim a exercer o controle, a criação e as formas de funcionamento com nomeações de professores indígenas para as escolas dentro das aldeias brasileiras, como no caso da Aldeia Mangueira, localizada na zona rural do município de Grajaú - MA. A partir de então, as escolas passaram a conferir uma educação indígena alinhada a responsabilidades e as ações pedagógicas, pautadas no respeito aos costumes, a língua tupi e as tradições indígenas como forma de preservação da cultura aldeante.

Esta década de 1990 foi um tempo de significativas mudanças positivas em termos de aumento de investimentos nas áreas sociais como assistência social, saúde e educação pública. Nesse contexto, foram criadas leis específicas para a educação indígena que viria a ser parte da promulgação da Constituição Federal do ano de 1988.

Aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 1996, e promulgada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecia as normas para todo o sistema educacional brasileiro e garantia em seu texto uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas.

O direito de inserção dos indígenas Guajajara em universidades de Grajaú – Ma

A realidade de inserção de indígenas na Universidade Federal do Maranhão, incluindo o Campus Grajaú – MA, **é assegurada pelo sistema** de cotas, seguindo assim as diretrizes da política nacional no campo da assistência educacional a povos indígenas através de iniciativas do Ministério da Educação (MEC).

Em todo o território brasileiro os povos indígenas vêm, ano a ano ganhando mais e mais espaços dentro das universidades para alcançar enriquecimento cognitivo, cultural e social, além de serem mais bem preparados numa formação política e profissional por meio dos cursos de nível superior.

Configurando uma política mais sólida no campo da assistência estudantil, direcionadas aos estudantes que ingressam nas universidades por meio das ações afirmativas, o ministério da Educação (MEC) instituiu, em 2013 o Programa de Bolsas Permanência, para viabilizar a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, entre os quais indígenas. Desde então os estudantes indígenas passaram a ter direito a uma bolsa diferenciada, sendo o dobro do valor da bolsa dos demais estudantes, o que se justifica em “decorrência das especificidades desses estudantes e com relação à organização social de suas comunidades pela Constituição Federal” (BRASIL, MEC. 2013, p. 12).

Além disso, depois que o Ministério da Educação (MEC) instituiu em 2013 o Programa de Bolsa Permanência para tornar possível o ingresso de alunos indígenas nas universidades brasileiras, o número de indígenas da etnia Guajajara das aldeias dentro do município de

Grajaú aumentou significativamente.

As políticas educacionais no Brasil sempre foram criadas de acordo com as demandas de educação para promoção de ensino de melhor qualidade e acessibilidade ao ensino escolar ou superior para pessoas em situação de risco social por discriminações ou injustiças, como é o caso dos indígenas brasileiros através de cotas visando-se dessa forma, promover educação superior em cursos de licenciatura em Pedagogia ou História voltada às melhorias da educação escolar indígena pela profissionalização de seus professores bilíngues.

Como afirma Amaral (2010):

O ingresso de indígenas no ensino superior público atualmente tem se dado como maior impacto através de dois vieses de experiências: cursos específicos e diferenciados, como mencionamos anteriormente, e vagas especiais ou suplementares em cursos regulares, objeto desse estudo. Antes da promulgação da Lei Federal 12.711/2012, cerca de 50 IES desenvolviam ações voltadas à política de ingresso de estudantes indígenas, por meio de vagas reservadas ou suplementares, ou ainda licenciaturas interculturais, o que em boa parte das situações garantiu o ingresso efetivo deste público nas universidades.

E é dessa forma que a universidade, por meio de sua política de cotas para ingressar indígenas em seu quadro de alunos consegue, por meio de suas ações educativas e de valorização de culturas diferentes fazer valer a justiça social.

A Universidade Federal do Maranhão – UFMA, vem cumprindo as determinações do MEC, procurando estimular o ingresso e dar todo suporte educacional aos indígenas Guajajara nos cursos de licenciatura de seu Campus Universitário localizado no Bairro Extrema desta cidade.

Especialmente por meio do Programa de Formação de Professores para Educação Básica (*Parfor/Profepar*), a Universidade Federal do Maranhão vem desenvolvendo uma ampla política de formação de professores com vistas a promover qualificação profissional a todos seus discentes acadêmicos.

A universidade pelos olhares e falas dos professores e indígenas

Entrevistas com duas professoras universitárias de alunos indígenas

Foram realizadas duas entrevistas com professoras universitárias que já ministraram aulas para estudantes indígenas, respectivamente as Professoras **Mônica Ribeiro de Moraes** e a Professora **Cristina Torres Ferreira**.

Entrevista a Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Moraes

A primeira entrevista foi feita com a Professora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Dr.^a **Mônica Ribeiro de Moraes**.

Sobre quanto tempo trabalha como professora universitária, respondeu que há nove anos. Já quanto à questão de disciplinas de sua competência a resposta foi Introdução à **Antropologia**, Cultura, Identidade e Diversidade.

Sobre quanto tempo leciona para alunos indígenas sua resposta foi dez anos. E, se lhe

ocorre que alunos indígenas são “diferentes” de alunos “brancos”, sua resposta foi que:

Sim, como membros de outra sociedade apresentam outras características próprias desta. Povos indígenas tendem a partilhar de um sistema simbólico e diferente assim, tendem a não se encaixar nos parâmetros próprios das instituições não indígenas. Além disso, muitas vezes estão ligados às suas ideias participando de atividades importantes que lá se desenvolvem, estas constituem processos pedagógicos tão importantes quanto aqueles desenvolvidos na Universidade.

Sobre se o sistema de cotas para indígenas nas universidades é algo justo e por que, ela respondeu que,

Sim, o Estado à demanda indígena pela educação, desse modo, deve garantir a continuidade e acesso a todos os **níveis de ensino**.

Ao ser perguntada se a Universidade Federal do Maranhão - UFMA vem cumprindo com sua função educativa, política e cultural lecionando para alunos indígenas, a Prof.^a **Mônica Ribeiro respondeu** que:

Apesar de a UFMA garantir o acesso por meio de cotas e, recentemente ter instaurado uma comissão para evitar fraude no acesso à mesma, deixa a desejar o apoio e suporte ao aluno indígena quando este entra na universidade.

Como se pode ver, em suas respostas, a Professora Mônica ressalta como a UFMA, mesmo se preocupando em vedar riscos de fraude no ingresso de alunos indígenas por cotas, ainda vê-se frente mais investimentos na assistência desta categoria a acadêmicos indígenas, especialmente na preparação individualizada para que estes possam ser mais produtivos em termos de aprendizagem, pois quando os indígenas chegam à universidade se deparam com um “novo mundo”, de muitas instruções técnicas e cobranças em uma lógica diferente do seus sistemas de saberes e transmissão de conhecimentos e, neste caso é preciso um ensino especializado para atender às suas necessidades de adaptação. E, é aí onde percebe-se um vácuo de investimento.

Já na resposta para a pergunta sobre o que pode estar faltando para melhorar a qualidade do aprendizado dos alunos da etnia Guajajara, na UFMA – Grajaú, sua resposta foi:

Um olhar diferenciado por parte dos professores, o entendimento de que não são segmentos da sociedade não indígenas, mas parte de outra sociedade. Falta o interesse em conhecê-los enquanto povo, com histórias, memórias, conhecimentos, línguas, cosmologias diferentes da sociedade envolvente.

Por sua resposta, a Professora Mônica afirma a necessidade de uma visão mais ampla e interessada na realidade dos alunos com cultura diferentes valorizando suas histórias e aspectos culturais.

Na última pergunta se os alunos indígenas têm as mesmas condições de estudo que os alunos brancos, e, se existe alguma observação a ser feita, a professora entrevistada respondeu:

Não sei se entendi a pergunta, mas acho eu respondi em questões anteriores. Partindo do princípio de que não são grupos diferenciados, não apresentam as mesmas condições.

Entrevista com a Professora Cristina Torres Ferreira

A entrevista com a Professora Cristina Torres gerou uma grande contribuição para este trabalho de pesquisa, especialmente no que se refere às realidades de alunos acadêmicos indígenas da etnia Guajajara na UFMA – Grajaú. Ao ser perguntada sobre há quanto tempo está trabalhando como professora universitária, sua resposta foi nove anos. Já na sua resposta sobre as disciplinas que leciona, sua resposta foi: Fundamentos da Educação; Didática; Currículo, Estágio e outras afins. Na pergunta sobre há quanto tempo está lecionando para alunos indígenas em cursos acadêmicos, ela respondeu que desde 2010. Perguntada se lhe ocorre que os alunos indígenas possam ser diferentes dos alunos brancos e como, sua resposta foi:

Todos são iguais, no entanto, é preciso o professor ter um olhar especial, não somente aos alunos indígenas, pois cada aluno tem sua particularidade e tempo de aprendizagem distinto. O professor precisa ter um olhar especial considerando sua cultura, suas crenças e assim planejar sua metodologia de ensino a partir da realidade.

Fica evidenciado que, por sua resposta acima, a Professora Cristina entende que o mais importante não é considerar que os alunos indígenas sejam diferentes dos alunos brancos, mas sim que se trata, na verdade, de um olhar mais amplo por parte dos professores para que ajustem suas metodologias de ensino às realidades dos acadêmicos indígenas.

Na pergunta se em sua concepção enquanto Professora, o sistema de cotas para indígenas nas universidades é justo e por quê, sua resposta foi,

Sim. O acesso ao ensino superior que era apenas para uma minoria e dessa minoria o aluno indígena ainda era pouco assistido, com as cotas está sendo possível esse acesso, dando a condição para todos.

Esta resposta foi seguramente democrática, um posicionamento de quem sabe da importância da universidade brasileira ser um espaço do saber comprometido com a criação de condições de formação superior para todos os cidadãos, uma vez que, a educação formal tem como pilares sociais exercer um papel reparador de injustiças sociais como meta para alunos das mais diversas formações culturais.

Na pergunta se a UFMA vem cumprindo com sua função educativa de formação social, política e cultural lecionando para alunos indígenas favorecendo justiça social, sua resposta foi:

A UFMA tem um compromisso humano e social da inclusão de todos. Aqui no Campus de Grajaú tenho colegas que desenvolvem pesquisas de extensão nas comunidades indígenas. Tem também o PARFOR que atende na formação superior dos professores que atuam na educação básica e o contingente de indígenas é bem significativo.

Esta foi uma resposta objetiva e esclarecedora sobre a função democrática do saber acadêmico e da UFMA trabalhar em favor da categoria de alunos indígenas da etnia Guajajara que vem sendo admitidos em cursos universitários no Polo de Grajaú – MA.

Já quando perguntada sobre o que lhe é possível ver no aumento do número de alunos em universidades na cidade de Grajaú, a Professora Cristina Torres respondeu:

Com a acessibilidade dos alunos indígenas nas universidades públicas e privadas em Grajaú é possível que os mesmos estejam desmistificando o conceito pré-conceito de alguns acharem que índio só quer ter benefício do governo, pois estão trabalhando em espaços antes não ocupados, por mérito e conhecimento, isso se dá através da educação formal que têm buscado.

Interpretando sua resposta acima, a Professora Cristina esclarece que o aumento do número de alunos indígenas da etnia Guajajara nas universidades da cidade de Grajaú reflete a luta desse povo por igualdade social, que as demandas por curso de nível superior dos indígenas demonstram a força de vontade deles.

Ou seja, que a educação superior para os indígenas pode promover uma sociedade mais justa e igualitária e que os indígenas universitários estão se esforçando para se qualificar profissionalmente, mesmo trabalhando como professores em escolas indígenas localizadas em suas próprias aldeias.

Desta forma a UFMA vem cumprindo com sua função educacional e de formação política, profissional e cívica a favor de sua comunidade de alunos sem discriminação.

Ao ser indagada sobre seu ponto de vista profissional para o que possa estar faltando para melhorar a qualidade do aprendizado dos alunos indígenas na UFMA – Grajaú, respondeu:

Como só trabalho na UFMA com o Ensino Superior, posso dizer a partir das nossas experiências que a falta do hábito da leitura ainda é um dos entres das educação, porém deixo claro que esse entre não é somente dos alunos indígenas e sim da maioria dos alunos.

Esta resposta foi direta e profunda por desvendar o problema do pouco hábito de leitura que ocorre caso dos acadêmicos em geral, não sendo um problema específico de acadêmicos indígenas.

Por fim, na última pergunta sobre se os alunos indígenas têm as mesmas condições de estudo que os alunos brancos, e, se existe alguma observação a ser feita de sua parte, a Professora Cristina respondeu:

Não como deveria. O acesso ao ensino superior dos alunos indígenas foi uma grande conquista com as quotas e a bolsa permanência também, mas observo que se os projetos tanto da esfera governamental e institucional desenvolvidos com eles fossem aplicados na comunidade deles, teriam maior êxito, reitero que alguns são, porém, muito ainda precisa ser feito.

Sendo muito precisa em sua resposta a professora entrevistada respondeu esta última pergunta com maestria pois, somente os alunos indígenas poderiam ter as mesmas condições de estudo que os alunos brancos se existisse nas suas escolas de Ensino Fundamental e Médio uma adequada preparação para o ingresso à universidade.

Em outras palavras, tem faltado da parte do Ministério da Educação uma ação efetiva para melhorar a qualidade da educação conferida nas escolas indígenas de modo a melhor prepará-los para chegarem à universidade e assim agregar todas as informações possíveis resultando assim em um desenvolvimento social mais efetivo.

Ressaltando mais uma vez que, a Professora Cristina Torres tocou num ponto crucial em termos de condições de estudo universitário para alunos indígenas da etnia Guajajara na UFMA – Grajaú, pois, partindo de sua experiência dentro da UFMA têm faltado mais investimentos na educação escolar indígena de base com foco em leitura interpretativa e capacidade de contextualização de textos complexos para favorecer a ampla aprendizagem de classe e extraclasse dos acadêmicos indígenas nos seus cursos universitários.

Entrevistas com alunos acadêmicos da etnia Guajajara em Grajaú - MA

Na série de entrevistas com alunos acadêmicos indígenas na Universidade Federal do Maranhão – UFMA – Polo Grajaú foram realizadas três entrevistas, no início do mês de dezembro de 2019, sendo entrevistados respectivamente: Edilson Ribeiro Guajajara (curso de Licenciatura em História) – Taywan Morais Tenente Guajajara (curso de Licenciatura em

História) – Suzana Carlos Gregório Guajajara. (Curso de licenciatura em Ciências Naturais com Habilitação em Geografia).

O aluno Edilson Ribeiro Guajajara foi muito prestativo em concordar com a entrevista, respondendo todas as perguntas de forma objetiva. Em suas respostas iniciais este acadêmico indígena afirmou ter 50 anos de idade.

Já o a aluna indígena entrevistada Suzana Carlos Gregório Guajajara afirmou ter 20 anos de idade. E, o último acadêmico indígena entrevistado, Taywan Tenente Moraes Guajajara afirmou ter 26 anos de idade.

Você concorda com as cotas? Por quê?

Sim. As cotas são direitos adquiridos de movimentos frutos de muitas discussões, sou a favor das cotas sim, a cota tem em seu propósito reparar as diversas violações de direitos, ou seja, é uma reparação da vida histórica que a sociedade brasileira tem com essa parcela da população. (Edilson).

Sim, pois, muitos de nós chegamos à universidade através dela. (Suzana)

Sim, muitos entram na universidade vêm de escolas com educação melhor, e alguns vêm até mesmo de escolas particulares, é quase que impossível competir com quem vem de um ambiente muito mais preparado. (Taywan).

Em cada resposta foi verificado que as cotas para aluno indígena na UFMA é algo defendido e com argumentos lógicos. Observando que a resposta do acadêmico indígena Taywan faz lembrar o posicionamento da Professora Cristina Torres Ferreira, ou seja, a educação indígena que ocorre nas escolas dentro de aldeias é inferior ao que acontece com a educação de alunos brancos e, isso é sim fator de justificativa para a existência de cotas para indígenas.

Você se considera pior que os outros acadêmicos por entrar através de cotas? Por quê?

Não me considero pior, eu aprendo os conteúdos abordados talvez não iguais aos outros, mais do meu modo de entender e faço todas as atividades propostas pelos professores tendo êxito nas notas, então não me considero pior que os outros alunos. (Edilson).

Não, pois muitos de nós não temos os mesmos direitos. (Suzana).

Não. Não me sinto pior, entrar pelas cotas é uma oportunidade para quem teve pouca oportunidade, mas dentro da Universidade você pode mostrar sua capacidade. (Taywan).

É unânime o entendimento de que não haja sentimento de inferioridade por entrar na universidade através de cotas para indígenas. O que é bom de verificar nas respostas dos três entrevistados que demarcam a consciência de que são lutadores e que estão cursando um curso de nível superior dentro da lei e de seus direitos como indígenas, lutando por oportunidade profissional para ser parte da reparação das injustiças do passado.

Como você imaginava a Universidade? Como foi depois que entrou?

Eu imaginava que através da universidade poderia adquirir conhecimentos, depois que entrei tive a oportunidade de entender melhor sobre a história da humanidade depois terminar o curso, tenho certeza que em termos de conhecimentos que adquiri durante o curso farão de mim uma pessoa melhor, como professor que sou e, o conhecimento adquirido vai me proporcionar um melhor desempenho do meu trabalho em sala de aula com meus colegas. Não diria que está faltando para aprender no meu caso com falante da minha língua materna, a maior dificuldade é exatamente a compreensão da minha segunda língua que no caso é o Português. (Edilson).

Achava que nunca iria conseguir entrar nela, hoje vejo que não é fácil, cheio de desafios. (Suzana).

Não imaginava a Universidade como um campo bem democrático, mas dentro da mesma participamos de debates onde várias opiniões são ouvidas. (Taywan).

As respostas dos três acadêmicos indígenas da UFMA se assemelharam no quesito dificuldade em aprender o que lhes era ensinado, por ser tudo ensinado em Português, e haver muitas nomenclaturas desconhecidas pelos universitários indígenas.

Em outras palavras, para eles na condição de alunos indígenas as aulas são mais difíceis, requerendo mais esforço para aprender o que era ensinado em sala de aula como nas pesquisas extraclasse.

Como foi recebido por todos na Universidade? Como ficou com o tempo?

Fui recebido igual aos outros, e com o tempo continuou do mesmo jeito, sem diferença comigo, não tenho nada a reclamar em relação a isso. (Edilson).

Como uma pessoa que conseguiu se superar através de desafios na universidade. Com esperança de concluir. (Suzana).

Recebido como alguém que conquistou o seu espaço, e ainda continuo como tal. (Taywan).

A cada resposta fica demonstrado que todos se sentiram acolhidos e se prepararam para superar os desafios enfrentados nos estudos, em especial.

Quais foram suas maiores dificuldades antes e depois da Universidade?

Não diria dificuldade, pois, consegui honra em todas as atividades propostos pelo professor. Saio depois do curso e estou convicto de que depois do curso sou uma pessoa melhor enquanto profissional da área da educação, o curso de história vai me proporcionar um melhor desempenho do

meu trabalho em sala de aula com meus alunos. (Edilson).

Comunicação, e também por me acharem superior, além de não ter transporte, mas sempre encontrava um jeito e vinha. E também na adaptação com o campus e as pessoas. (Suzana).

A maior dificuldade foi à adaptação e a compreensão da linguagem científica, isso depois que entrei. Antes disso a dificuldade foi à preparação para vestibular por mim mesmo. (Taywan).

Nota-se que Edilson se mostrou mais confiante nesta resposta, sendo mais positivo. Já Suzana afirmou ter tido como maior dificuldade antes ou depois de entrar na universidade a adaptação e a comunicação e Taywan ressaltou que entrou por mérito próprio, mas que teve alguma dificuldade com a linguagem científica durante seu curso.

Você acredita que depois de terminar o curso universitário sua vida será melhor? Como?

Acredito que depois que concluir o curso vai melhorar o meu trabalho na sala de aula com meus alunos. (Edilson).

Sim, pois levarei meus conhecimentos adquiridos aos demais. (Suzana).

Sim creio que será melhor apesar de que diploma não é garantia de emprego, mas com os conhecimentos adquiridos creio que as oportunidades serão melhores. (Taywan).

Em termos de confiança no retorno do investimento em educação superior, cada um dos acadêmicos entrevistados respondeu a esta questão de forma confiante, sugerindo inclusive que não se trata apenas de diploma, mas sim de conhecimentos que poderão abrir as portas no mercado de trabalho.

O que tem faltado para vocês alunos Guajajara para poderem aprender mais e melhor o que é ensinado nas disciplinas do curso?

O que eu acho é que está faltando interesse por parte desses jovens, uma vez que as oportunidades estão aí para todos. (Edilson).

Bom, não falta nada, pois tem tudo que precisamos. Nem tudo, mas tem. Falta professor Guajajara nas áreas. (Suzana).

Em minha opinião o currículo acadêmico é em rico, tratando de gestões indígenas, não sei ainda o que deve melhorar. (Taywan).

O entrevistado mais otimista foi Edilson enquanto Suzana chamou a atenção para à questão de possibilidade de haver professor universitário indígena para melhorar a comunicação com os alunos acadêmicos indígenas.

O que você acredita que mais está faltando para muitos outros indígenas que terminam o Ensino Médio possam se ingressar em cursos universitários na cidade de Grajaú? E por quê?

É um pouco difícil falar por outros, mas, penso que interesse deles mesmos. (Edilson).

Minicursos, pré-vestibular nas aldeias. (Suzana).

Creio que o que mais falta é um curso preparatório pré-vestibular com professores que sejam bilíngues. (Taywan).

A despeito desta última pergunta sobre o que eles pensam que mais falta para que muitos outros indígenas possam se ingressar em universidades na cidade de Grajaú, cada um dos acadêmicos indígenas aqui entrevistado concorda que o que mais é preciso é interesse pela educação. Mas, os últimos dois indígenas disseram que faltam cursos preparatórios para o vestibular dentro das aldeias.

O que é bonito de se ouvir pois, mostram-se fortalecidos socialmente e psicologicamente. Quem sabe, em algum tempo futuro, isso possa acontecer e muitos outros indígenas possam entrar na universidade sem precisar se preocupar com a realidade de cotas, como foi o caso do indígena entrevistado Taywan que prestou vestibular e passou.

Considerações Finais

O presente trabalho apresenta uma breve história da educação indígena no Brasil por suas políticas de ação afirmativa ressaltando aspectos da realidade dos alunos indígenas da escola à faculdade, como modo de apontar informações importantes do que os indígenas vivem historicamente ao se interessar pela educação escolar do branco. Nesse conjunto buscou-se alcançar as mudanças de apoio à educação formal dos indígenas brasileiros, por meio de leis de inclusão educacional como a criação de escolas nas aldeias e de cotas para o ingresso à universidade estendendo-se a uma reflexão da realidade de indígenas na universidade, especialmente na cidade de Grajaú – MA e suas lutas e perseveranças para poderem concluir um curso de nível superior que lhes possa favorecer na educação, formação social, política e para o mercado de trabalho.

Cumpra aqui reafirmar que, quando uma Universidade como a UFMA cumpre com sua obrigação de inserir indígenas em seus cursos de licenciatura em Pedagogia ou História pelo PARFOR, esta está favorecendo a melhoria da qualidade do ensino nas escolas indígenas dentro das aldeias.

Referências

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese Doutorado. Setor de Educação, Universidade federal do Paraná. Curitiba/PR, 2010.

BANIWA, Gersen dos Santos Luciano; HOFFMANN, Maria Barroso; OLIVEIRA, João Cardoso de. **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília, DF: Centro Indígena de Pesquisas, 2010.

BONIN, Lara Tiana. **Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor**. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org.). Povos indígenas e educação. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional**, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal. Diário Oficial da União**, 1988.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e residência indígena**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

FUNAI. <http://www.funai.gov.br/index.php/a-funai>

JARA, Iaci da Costa. **Sobrecarga dos trabalhadores da educação através do PARFOR/UFMA**. São Luís, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccil_03/leis/L9394 estudo virtual feito no dia 5 de outubro de 2019.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Povos indígenas e ações afirmativas: as cotas bastam?** In: Opinião N. Rio de Janeiro, setembro de 2012. Disponível em: http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf estudo virtual feito no dia 5 de outubro de 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Educação para manejo e Domesticação do Mundo entre a Escola Ideal e a Escola Real**. Tese de doutorado em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

Ministério da Educação. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2007. http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6695/1/2013_JoaoVitorDeFariasFurtadoEFreire.pdf Estudo virtual feito no dia 5 de outubro de 2019.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. **Política de ação afirmativa: inserção dos indígenas nas Universidades Públicas Paranaenses**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá/PR, 2007.

PALATINO, Mariana. **Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior**. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida;

NABARRO, Edilson; BENITES, Andréa (Orgs.). **Estudantes indígenas no Ensino Superior, uma abordagem a partir da experiência na UFRGS**. Porto Alegre – RS, Ed UFRGS, 2013.

PEREIRA, Cícero Valdiêr. **Política de acaso e permanência de estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)**. Dissertação de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 2011.